

Amato diz que país moderno internacionaliza a economia

BRASÍLIA — Em discurso de 13 páginas, lidas em 25 minutos, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, defendeu na Comissão de Sistematização da Constituinte "o papel da empresa brasileira de capital estrangeiro e o concurso dos investimentos externos" para o desenvolvimento do país. Segundo ele, um país moderno pressupõe "internacionalização da economia" e a questão do capital estrangeiro deve ser olhada "sem preconceitos, nem sentimento xenóforo".

Em contrapartida, Amato fez uma crítica ao excesso de participação do Estado na economia: "É hora de ajustar o setor público, eliminando a ineficiência e a sua expansão até aqui avassaladora, disciplinando seu poder de interferir e reduzindo sua participação na economia,

Brasília — Luiz Antônio Ribeiro



Amato critica papel do Estado

onde exerce, não raro, o papel de concorrente privilegiado da empresa privada".

Dos 559 constituintes (inclusive os 93 que integram a Comissão de Sistematização), apenas 39 compareceram ao plenário da Câmara, no meio da tarde, para ouvir Amato. Só um, o deputado Paes Landim (PFL-PI), pediu questão de ordem para elogiar Amato e seu pronunciamento em favor da emenda popular apresentada pelos meios empresariais brasileiros e subscrita, entre outras entidades, pela Fiesp.

Livre empresa — Nessa segunda vez em que falou aos constituintes, Mário Amato resumiu essa emenda como uma forma de "manutenção e fortalecimento da economia de mercado, aperfeiçoamento do regime da livre empresa e, conseqüentemente, uma clara delimitação do campo de ação do Estado na economia". Quando falou em abril, defendeu os interesses da iniciativa privada junto à Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado e Atividade Econômica.

O empresariado, disse ele ontem, "deve esperar não só o seu desenvolvimento pessoal, mas contribuir com seu esforço para a prosperidade de todos os que com ele colaboraram e tendo como objetivo maior a construção da riqueza nacional". E concluiu que esse mesmo empresariado "pensa também na justa retribuição do trabalho e no bem-estar social".

Ao final de seu discurso, Amato foi discretamente aplaudido pelos parlamentares que estavam no plenário mas recebeu um caloroso abraço do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). E o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, o que achou de seu discurso?

"Eu não ouvi nada. Estava conversando com o Albano Franco (senador pelo PMDB de Sergipe)", admitiu.



Barbosa, ao lado de Arinos, quer 4 anos com parlamentarismo

Barbosa volta à tribuna para defender Petrobrás

BRASÍLIA — Diante de um plenário atento, que o aparteou 15 vezes, o presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Barbosa Lima Sobrinho, defendeu na Comissão de Sistematização a emenda popular com 53 mil 334 assinaturas a favor da manutenção do monopólio estatal do petróleo. Pediu ainda que a Constituição estabeleça "uma proibição expressa aos contratos de risco".

Segundo Barbosa Lima, a "tese do monopólio estatal do petróleo é suprapartidária, é dos civis e dos militares, dos estudantes, dos operários, dos profissionais liberais, enfim, de todo o povo brasileiro". Ressaltou que "foi do maior movimento popular da história brasileira — O petróleo é nosso — que nasceu a Petrobrás e que se estabeleceu o monopólio estatal do petróleo".

Argumentou que "o fim do monopólio significa a desnacionalização imediata desse setor vital da nossa economia" e lembrou que "mesmo dando certo e já enraizada no coração do povo, a Petrobrás e o monopólio estatal do petróleo continuam sendo alvos dos seus inimigos."

"Ontem", continuou Barbosa Lima, "diziam que era um sonho impossível; hoje dizem que a empresa está muito madura, consolidada, e que por isso não precisa mais do monopólio. Ora, como afirmava o general Horta Barbosa, a indústria do petróleo ou é monopólio do Estado ou é monopólio dos trustes".

Contratos de risco — O presidente da ABI pediu aos constituintes que proibam na

Constituição os contratos de risco, "introduzidos no Brasil de forma clandestina, já que não existe nenhum dispositivo legal para isso. A justificativa anunciada pela televisão em 9 de outubro de 1975 foi baseada na ilusão que as empresas estrangeiras resolveriam o nosso problema de produção de petróleo através de um aporte significativo de capital e de novas tecnologias".

No entanto, segundo ele, "decorridos 12 anos, os contratos de risco não propiciaram a descoberta de nenhuma gota de petróleo. Apresentaram apenas a descoberta de um pequeno campo de gás natural na bacia de Santos cuja comercialidade, após mais de três anos de estudos, ainda não foi comprovada".

Elogio a Cabral — Barbosa Lima mostrou aos constituintes estudos que fez sobre a área de 1,5 milhão de quilômetros quadrados coberta por 243 contratos de risco. "Esta área corresponde às superfícies dos estados do Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, ou aos territórios somados da Inglaterra, Japão, Suíça, Itália, Grécia e Portugal.

Ao terminar sua exposição, solicitou aos constituintes que aprovem, na íntegra, "o artigo 234 e o respectivo parágrafo do relatório do deputado Bernardo Cabral, que soube, mais uma vez, interpretar os legítimos interesses da sociedade brasileira e dignificar ainda mais o seu mandato de constituinte".

Ex-constituente vê 46 como exemplo

Com a mesma confiança do constituinte de 41 anos atrás, Barbosa Lima Sobrinho voltou ao plenário e deixou um recado para os que hoje têm a incumbência de dar ao país uma nova carta: "A minha esperança é a mesma do povo brasileiro, que tenhamos uma constituição avançada e duradoura, como a que fizemos em 46."

Ele acha que a participação popular nesta Constituinte é "muito diferente da nossa época, porque não havia essa mobilização", e levará "os constituintes a percorrerem o melhor caminho na elaboração da carta magna, porque o povo orienta os partidos."

Barbosa Lima não quis comentar o anteprojeto de Bernardo Cabral, mas disse que a controvérsia provocada é normal. "Como em 46, as negociações começam a se intensificar na

fase final, quando o espírito do consenso predomina acima das radicalizações em busca do aperfeiçoamento constitucional."

Com a mesma veemência com que defendeu o monopólio estatal do petróleo, disse que apóia a emenda parlamentarista do senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Sobre a duração do mandato, presidencial, não aceita sequer discutir o assunto: "É quatro anos, para qualquer presidente. Ninguém escreveu uma Constituição para vigorar a prestação."

O presidente da ABI despediu-se do deputado Bernardo Cabral com duas reivindicações: "Queremos o aproveitamento da emenda popular que democratiza os meios de comunicação social e a manutenção do diploma de jornalista."